MULHERES E SENTIDOS DE CIDADANIA NA EJA: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE CHILE E BRASIL

Alejandra Andrea Cornejo González
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahía, Vitoria da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0003-1055-1893
Endereço eletrônico: alejacornejo@gmail.com

Adenilson Souza Cunha Junior
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahía, Vitoria da Conquista, Bahia, Brasil.
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3622-1799
Endereço eletrônico: adenilsoncunha@uesb.edu.br

Andréa Andrade Oliveira Prado
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahía, Vitoria da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4591-1348
Endereço eletrônico: deaandrade21@gmail.com

Palavras-chave: cidadania; mulheres/estudantes; Educação de Jovens e Adultos.

INTRODUÇÃO

Esta investigação pretende compreender os sentidos de cidadania construídos por mulheres que estudam das modalidades de jovens e adultos no Brasil (EJA) e no Chile (EPJA). Embora as nomenclaturas variem conforme a legislação nacional, ambos os países adotam o paradigma da UNESCO ao incluir o termo "Jovens" em seus documentos oficiais. Essa terminologia visibiliza o crescente número de estudantes com menos de 20 anos, que já representa 24% das matrículas no Brasil (2025) e 37% no Chile (2024).

A problemática central buscou compreender como as trajetórias de vida dessas sujeitas, no Chile e no Brasil, são significadas por suas experiências sociais e educacionais, partindo-se da hipótese de que tais construções são marcadas por processos de exclusão múltipla, educacional, de gênero e territorial, e que, ao serem sistematizadas e analisadas, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades, fortalecendo os processos de deliberação, participação social e construção coletiva.

Situado no campo da EJA/EPJA e da educação com enfoque nos direitos humanos, o estudo enfatizou a perspectiva de gênero e a aprendizagem ao longo da vida, por meio de conversas interativo-provocativas (Nunes, 2020) com mulheres/estudantes (Prado, 2026), matriculadas na modalidade noturna, apesar da distância física, compartilham características demográficas, culturais e trajetórias comuns de exclusão social. O objetivo geral consistiu em compreender as percepções de cidadania dessas estudantes, utilizando o aporte da Educação Comparada. Metodologicamente, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa de orientação fenomenológica, combinando com revisão de documentos oficiais, entrevistas e a técnica de conversas interativa-provocativa.

O texto está estruturado, além da introdução, em quatro seções: Desenvolvimento, onde o problema teórico e o contexto da EJA/EPJA no Chile e Brasil; em seguida Percurso metodológico; logo depois os Resultados Parciais e por fim, as Considerações Finais.

METODOLOGIA

A investigação adota uma abordagem qualitativa de orientação fenomenológica, inspirada na hermenêutica de Gadamer (2008), organizada em fases que culminam na conversação como espaço central para apreender os sentidos das participantes. Inicialmente, utiliza-se a análise documental de leis e normativas do Brasil e do Chile, com base nos critérios de Scott (1990) e Prior (2003), articulada à Educação Comparada de Krawczyk (2013), para examinar desafios comuns na EJA/EPJA. Posteriormente, realizam-se entrevistas para compreender e contextualizar as trajetórias das participantes.

Na etapa final, aplicou-se a técnica de Nunes (2020), destacando o caráter interativo e a valorização dos saberes singulares. Como inovação, incorporaram-se vinhetas, como estímulos ao conversas, eficazes na abordagem de temas sensíveis e conceitos abstratos (Karmiol; Cuenya; Mustaca, 2019; Coutinho, Carlos, 2018).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando o caráter em andamento da investigação, os resultados apresentados são parciais e derivam das primeiras etapas do trabalho empírico em Chile e no Brasil. Um primeiro eixo de resultados aborda a relação entre trajetórias de exclusão e a construção de significados sobre cidadania. As narrativas indicam que o retorno à EJA/EPJA não se limita à

certificação educacional, mas está ligado à conclusão de processos inacabados, à busca por reconhecimento social e à participação mais ativa nas decisões familiares e comunitárias, Leontiev (2004), compreende que esse movimento expressa a constituição de sentidos na própria atividade do sujeito, uma reivindicação ampliada de existência pública.

Um segundo eixo apontou para a recorrência do que denominamos cidadania silenciosa nas práticas cotidianas relatadas pelas participantes. Em ambos os contextos nacionais, as interlocutoras descreveram formas de participação que não se enquadram nos modelos convencionais de engajamento cívico, como o voto ou a militância partidária, mas que se manifestam no cuidado com a comunidade, na mediação de conflitos familiares, na organização de redes de solidariedade e na transmissão oral de valores éticos às gerações mais jovens. Tais práticas, historicamente invisibilizadas, constituem, nos termos de Kollontai (1977), uma dimensão política do cotidiano que a escola, ou qualquer alternativa formativa, pode e deve reconhecer como ponto de partida para uma educação cidadã genuinamente emancipatória.

Um terceiro eixo refere-se à percepção das participantes sobre a democracia e seus mecanismos. Em Brasil e Chile, observa-se desafeição às instituições representativas formais, em consonância com o Latinobarômetro (Cruz-Coke, 2022), coexistindo com a valorização de espaços de diálogo como a escola, associações de moradores e redes religiosas. Essa tensão indica que esse grupo de mulheres constroem uma concepção de democracia ancorada nas experiências vividas, aproximando-se da noção de cidadania ativa baseada em práticas participativas locais proposta por Vargas (2025).

No plano metodológico, os primeiros ciclos de conversa interativo-provocativa (Nunes, 2020) demonstraram que a incorporação de frases dilemática e vinhetas como disparadores dialógicos ampliou significativamente a profundidade e a espontaneidade das narrativas produzidas. As participantes, ao se depararem com vinhetas que retratavam situações cotidianas de exclusão, expressão de opinião e tomada de decisão coletiva, mobilizaram memórias e saberes que dificilmente emergiriam por meio de entrevistas semiestruturadas convencionais. Esse resultado validou a inovação metodológica proposta e apontou para o potencial dessa abordagem em investigações que buscam apreender dimensões subjetivas e políticas de grupos historicamente silenciados.

A análise comparada entre os dois países revelou ainda que apesar das diferenças nos

marcos normativos e nas trajetórias político-educacionais, as mulheres/estudantes da EJA/EPJA, em Chile e no Brasil, compartilham experiências estruturalmente semelhantes de exclusão múltipla; educacional, de gênero e territorial. Essa constatação reforçou a pertinência do enfoque da Educação Comparada (Krawczyk, 2013) dado que os achados locais têm potencial de interlocução com debates mais amplos sobre equidade educacional e democracia no continente.

CONCLUSÕES

As políticas educacionais para a EJA/EPJA no Brasil e no Chile demandam marcos legais, dados quantitativos e qualitativos, mas dependem primordialmente do compromisso dos atores sociais para garantir a emancipação e os direitos dos sujeitos. Esta investigação adota uma dupla intencionalidade: científica, ao buscar uma oferta educativa mais pertinente, e política, ao constituir um espaço seguro de diálogo para as mulheres/estudantes, por ser um grupo historicamente silenciado nos processos de poder e tomada de decisão.

Sob a perspectiva da educação ao longo da vida, a aprendizagem é compreendida como um processo contínuo e integral, transversal a todas as etapas da existência humana. Essa abordagem fundamenta a pesquisa ao reconhecer que essas mulheres; com seus saberes, experiências e práticas; são sujeitos políticos centrais para a construção de uma educação mais justa, o fortalecimento da democracia e o exercício de uma cidadania ativa.

As perspectivas futuras da investigação recaem sobre a ampliação dos ciclos de conversa, buscando consolidar uma práxis educativa que supere o paradigma compensatório e reconheça a aprendizagem ao longo da vida como direito inalienável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP**). Censo escolar da educação básica 2025: notas estatísticas.** Brasília, DF: Inep, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-nstitucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/censo-escolar-da-educacao-basica-2025-notas-estatisticas. Acesso em: 29 mar. 2026.

CHILE. Ministerio de Educación. **Estadísticas de la educación 2024**. Santiago: Ministerio de Educación, 2024. Disponível em: https://www.mineduc.cl. Acesso em: 29 mar. 2026.

COUTINHO, Maria; CARLOS, Erasmo. Vinhetas como estratégia metodológica em pesquisa qualitativa. **Revista Brasileira de Pesquisa Qualitativa**, v. 6, n. 12, p. 55-72, 2018.

Disponível em: https://rbpq.org/index.php/rbpq/article/view/182. Acesso em: 29 mar. 2026.

CRUZ-COKE, Marta Lagos. **Latinobarómetro 2008–2022**. Santiago: Corporación Latinobarómetro, 2022. Disponível em: http://www.latinobarometro.org. Acesso em: 29 mar. 2026.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Tradução de Flávio Paulo Meurer; revisão técnica de Enio Paulo Giachini. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2008.

KARMIOL, Viviana; CUENYA, Lucas Edgardo; MUSTACA, Alba Elizabeth. Uso de vinhetas para pesquisa sobre exclusão social. **Psicologia & Sociedade**, v. 31, e180373, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31180373. Acesso em: 29 mar. 2026.

KOLLONTAI, Alejandra Mikhailovna. A mulher e a família no desenvolvimento social. In: KOLLONTAI, Alejandra. **Escritos escolhidos**. São Paulo: Ediciones de Cultura Popular, 1977.

KRAWCZYK, Nora. **Pesquisa comparada em educação na América Latina**: situações e perspectivas. Educação Unisinos, v. 17, n. 3, p. 199-204, 2013.

LEONTIEV, Alexis Nikolaevich. **O desenvolvimento do psiquismo**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MENEZES, Mônica Clementino; CUNHA JR., Adenilson Souza. Contribuições da fenomenologia sociológica de Schutz para a pesquisa sobre alfabetização de mulheres negras na EJA**. Revista Humanidades e Educação**, v. 4, n. 6, p. 2-15, 2022.

NUNES, Claudio Pinto. Conversações interativo-provocativas como opção teórico-metodológica. **Práxis Educacional**, v. 16, n. 37, p. 408-439, 2020. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6468. Acesso em: 29 mar. 2026.

SCOTT, John. **A matter of record:** documentary sources in social research. Cambridge: Polity Press, 1990.

PRADO, Andréa Andrade Oliveira. A categoria mulher/estudante como ferramenta analítica na educação de jovens e adultos. **Revista Tópicos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 33, p. 1-25, 2026. Disponível em: https://revistatopicos.com.br/artigos/a-categoria-mulher-estudante-como-ferramenta-analitica-na-educacao-de-jovens-e-adultos. Acesso em: 7 jun. 2026. DOI: https://doi.org/10.70773/revistatopicos/779558203.

PRIOR, Lindsay. **Using documents in social research**. London: Sage Publications, 2003.

VARGAS, Jorge Osorio. **Itinerários de Educação para a Cidadania**. Editora Nueva Mirada Ediciones. Santiago do Chile. 2020.